

A CONCORDÂNCIA DE NÚMERO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: UMA ANÁLISE FORMAL NO QUADRO NA GRAMÁTICA LÉXICO-FUNCIONAL

LA CONCORDANCIA DE NÚMERO EN PORTUGUÉS BRASILEÑO: UN ANÁLISIS FORMAL
EN EL MARCO DE LA GRAMÁTICA LÉXICO-FUNCIONAL

NUMBER AGREEMENT IN BRAZILIAN PORTUGUESE: A FORMAL ANALYSIS
IN THE FRAMEWORK OF LEXICAL-FUNCTIONAL GRAMMAR

Jessé de Sousa Mourão*

Universidade Estadual Vale do Acaraú

RESUMO: Neste artigo, proponho uma análise e descrição formal da concordância nominal e verbal de número no português brasileiro (PB). A formalização permite em uma mesma gramática computacional a análise de padrões de concordância das variedades populares e cultas do PB. Para isso, os principais tipos de concordância foram identificados e descritos com base em teorias de concordância (STELLE, 1978; CORBETT, 2003; 2006). O tratamento formal baseou-se na Gramática Léxico-Funcional (DALRYMPLE, HRISTOV, 2010; DALRYMPLE; WECHSLER; ZLATIC, 2000; 2003). Nessa descrição, assumiu-se que o PB emprega dois níveis de traços léxico-gramaticais para a concordância de número: traços morfossintáticos (CONCORD) e traços semânticos (INDEX), responsáveis por licenciar padrões variados e alternativos de concordância. A formalização foi implementada computacionalmente por meio do sistema XLE, e testes foram realizados utilizando sentenças exemplares dos padrões modelados. Como resultado, a gramática atribuiu às sentenças as análises esperadas, licenciando os padrões aceitáveis e bloqueando os padrões inaceitáveis.

PALAVRAS-CHAVE: Concordância Nominal e Verbal. Português Brasileiro. Gramática Léxico-Funcional.

RESUMEN: En este artículo, propongo un análisis y descripción formal de la concordancia nominal y verbal de número en portugués brasileño (PB). La formalización permite, en una misma gramática computacional, el análisis de patrones de concordancia de las variedades populares y cultas del PB. Para esto, los principales tipos de concordancia han sido identificados y

* Mestre em Linguística Aplicada pela UECE) e doutor em Linguística UFC. Professor assistente no curso de Letras na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA). Desenvolve atividades de docência e pesquisa nos seguintes temas: ensino de língua inglesa, linguística computacional e gramática gerativa. Email: jesse_mourao@uvanet.br.

descritos con base en teorías de concordancia (STELLE, 1978; CORBETT, 2003; 2006). El tratamiento formal se ha basado en la Gramática Léxico-Funcional (DALRYMPLE, HRISTOV, 2010; DALRYMPLE; WECHSLER; ZLATIC, 2000; 2003). En esta descripción, se asumió que el PB emplea dos niveles de rasgos léxico-gramaticales para la concordancia de número: rasgos morfosintácticos (CONCORD) y rasgos semánticos (INDEX), responsables por licenciar patrones variados y alternativos de concordancia. La formalización se ha implementado computacionalmente a través del sistema XLE, y se realizaron pruebas utilizando sentencias ejemplares de los patrones modelados. Como resultado, la gramática atribuyó a las sentencias los análisis esperados, licenciando los patrones aceptables y bloqueando los patrones inaceptables.

PALABRAS-CLAVE: Concordancia Nominal y Verbal. Portugués Brasileño. Gramática Léxico-Funcional.

ABSTRACT: In this paper, I propose a formal description and analysis of verb and noun agreement in Brazilian Portuguese (BP). The formal account allows us to analyze, in the same computational grammar, agreement patterns from standard and popular varieties of BP. For that, the main types of agreement were identified and described based on agreement theories (STELLE, 1978; CORBETT, 2003; 2006). The formal account was based on Lexical-Functional Grammar (DALRYMPLE, HRISTOV, 2010; DALRYMPLE; WECHSLER; ZLATIC, 2000; 2003). In this work, it was assumed that BP uses two levels of lexicogrammatical features for number agreement: morphosyntactic features (CONCORD) and semantic features (INDEX), which license alternative and varied agreement patterns. The formalization was implemented computationally through the XLE system, and tests were carried out with exemplary sentences for the modelled patterns. As a result, the grammar assigned to the sentences the expected analysis, licensing the acceptable patterns and blocking the unacceptable ones.

KEYWORDS: Noun and Verb Agreement. Brazilian Portuguese. Lexical-Functional Grammar.

1 INTRODUÇÃO

O português brasileiro (doravante PB) é uma língua heterogênea que compreende um conjunto de variedades linguísticas influenciadas por fatores históricos, geográficos e sociais distintos. Dentre essas variedades, dois grupos são reconhecidamente distintos: o português brasileiro culto e o português brasileiro popular, conforme definições de Leite (2008) e Holm (2009). A delimitação entre essas duas variedades nem sempre é tão clara, precisa e definitiva. Por isso, pode ser mais adequado tratar o português brasileiro culto como um grupo de variedades, que refiro aqui como variedades cultas; e português brasileiro popular, como outro grupo compreendido por variedades populares.

Um dos aspectos que mais explicitamente diferenciam esses dois grandes grupos de variedades são os padrões de concordância nominal e verbal de número. De modo geral, dizemos que, para sintagmas nominais simples (não coordenados), as variedades cultas exigem que elementos determinantes e modificadores concordem em número (isto é, exibam as mesmas marcas morfosintáticas) com o núcleo do sintagma nominal, e que o verbo concorde em número com o sintagma nominal sujeito, como no exemplo (1) abaixo, em que determinante e verbo exibem a marca de plural, compatível com a mesma marca do substantivo/sujeito.

(1) Os meninos brincaram.

As variedades populares, por outro lado, dispensam essa exigência de concordância e permitem a combinação de elementos sem marcas explícitas de número com elementos marcados, tanto no nível interno do sintagma nominal quanto no nível da oração (na relação sujeito-verbo), como no exemplo (2) abaixo, em que se dispensou a marca de plural no substantivo e no verbo.

(2) Os menino brincou.

Grande parte da literatura que tem tratado desse e de outros fenômenos de variação linguística envolve trabalhos orientados pela perspectiva sociolinguística (cf. LUCCHESI, 2017), em que o aspecto linguístico é apenas um dos fatores em análise. A análise mais ampla leva em conta inúmeros fatores extralinguísticos, como as variáveis sociais (idade, sexo, escolaridade etc.), históricas, geográficas e de contexto pragmático. Embora esses estudos sejam importantes e contribuam para o entendimento da linguagem

principalmente como um fenômeno social, sua abordagem teórico-metodológica não se destina à investigação do funcionamento interno da língua.

Teorias linguísticas formais não transformacionais de base gerativa, como a Gramática Léxico-Funcional (doravante LFG) e a Gramática de Estrutura Sintagmática Orientada pelo Núcleo (HPSG) tem tido importante impacto nesse campo, pois permitem a modelação formal da gramática de uma língua e, portanto, a construção de gramáticas computacionais, que podem ser empregadas em diversas aplicações e tarefas de processamento de linguagem natural.

Para o PB, podemos citar as gramáticas computacionais LFG de Alencar (2013a) e a de Santos (2014), que modelam vários fenômenos e estruturas não triviais do PB, mas, devido ao seu estágio inicial, ainda deixam descoberta grande parte da língua, tanto em termos de fenômenos linguísticos quanto de cobertura lexicogramatical. A concordância de número é um desses fenômenos carentes de tratamento mais aprofundado. As gramáticas mencionadas cobrem apenas construções do tipo exemplificado em (1), os padrões típicos das variedades cultas. Construções do tipo (2), associadas às variedades populares, seriam tratadas como agramaticais por essas gramáticas em seus estados atuais.

A construção de gramáticas computacionais, como as baseadas na LFG, tem relevância pelo seu potencial tanto teórico, para a descrição e explicação dos fenômenos linguísticos, quanto aplicado, por fornecer uma arquitetura básica e fundamental para o processamento computacional de uma língua. Em relação a esse segundo aspecto, é importante que uma gramática seja capaz de reconhecer e analisar o máximo possível de construções e formas da língua e de suas variantes. Daí a importância de se formalizar e implementar não apenas a variedade culta da língua, aqui o PB, mas também suas variedades populares.

Em um projeto mais amplo, não restrito ao PB, Alencar (2013b) trata de um subconjunto dos padrões de concordância de variedades brasileiras e europeias do Português. A análise proposta pelo autor representa contribuição relevante para o tratamento de construções não restritas às variedades cultas, porém foca em construções que envolvem concordância verbal (de número, gênero e pessoa) com elementos considerados pronominais na função de sujeito (ex.: *A gente esperamos.*)¹. A concordância em nível mais geral, entre sintagmas nominais (não apenas pronominais) e verbos, com marcas de número distintas, é deixada em aberto para trabalhos futuros. Assim, o presente trabalho se alinha ao de Alencar (2013b), mas restringe a análise às duas grandes variedades do PB e ao fenômeno da concordância de número, tendo como objetivo ampliar a cobertura de uma gramática computacional LFG do PB. Proponho, para isso, uma descrição formal para o fenômeno de concordância nominal e verbal de número no PB que permita em uma mesma gramática computacional a análise e a geração de construções das duas variedades linguísticas.

2 A CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL DE NÚMERO NO PB

O fenômeno da concordância no PB tem sido alvo de muitos estudos sociolinguísticos (SCHERRE, 1994, 1998; MOREIRA; VIANNA, 2018 LUCCHESI, 2015, 2017; MASCARELLO, 2010; BRANDÃO, 2011; MENDES, OUSHIRO, 2015; para citar alguns). O que esses trabalhos mostram é que há grande variação nos padrões de concordância nominal e verbal do PB, e que tal variação é motivada tanto por fatores linguísticos (como o tipo e ordem dos elementos que formam os constituintes), quanto por fatores históricos e sociais (como a influência entre línguas, a escolaridade dos falantes etc.). Para este artigo, não interessa discutir e analisar as razões que subjazem a essa variação. Na realidade, esses padrões são assumidos como parte da língua, legitimados pelos usuários das variedades cultas ou populares, passíveis e carentes de formalização.

A partir de exemplos linguísticos oriundos de *corpora* e da minha intuição enquanto falante do PB², é possível identificar alguns padrões de concordância que serão exemplificados a seguir.

¹ A *gente* nesse exemplo é uma expressão morfossintaticamente singular, mas equivalente ao pronome de primeira pessoa do plural *nós*.

² Embora esse estudo tenha uma relação com a Sociolinguística Variacionista, por tratar de padrões alternativos para uma mesma estrutura linguística, não foram considerados no estudo aspectos do desempenho (como idade, memória, sexo, contexto social etc.) do falante de PB. As estruturas foram analisadas unicamente do ponto de vista da competência do falante.

No nível interno do sintagma nominal, os padrões identificados são:

I. Presença de marca de plural em todos os elementos flexionáveis que constituem o sintagma nominal:

- (3) (a) os fregueses (SCHERRE, 1994; todos os exemplos)
 (b) novas escolas
 (c) as boas ações
 (d) essas coisas todas,
 (e) as partidas todas iguais

II. Presença de marca de plural em alguns dos elementos flexionáveis do sintagma nominal:

- (4) (a) essas estradas nova (SCHERRE, 1994; exemplos a-c)
 (b) do meus pais
 (c) as minhas duas filha
 (d) Os meus filho (MOREIRA; VIANNA, 2018)
 (e) Os trios elétrico (LUCCHESI, 2015)

III. Presença de marca de plural em apenas um dos elementos do sintagma nominal:

- (5) (a) as codorna (SCHERRE, 1994; exemplos a-c)
 (b) as porta aberta
 (c) seus momento bom
 (d) As primeira mudança (MOREIRA; VIANNA, 2018)
 (e) outras pessoa (MASCARELLO, 2010)

IV. Ausência de marca de plural em todos os elementos flexionáveis do sintagma nominal:

- (6) (a) dois risco verde (SCHERRE, 1994; todos os exemplos)
 (b) uma porção de coisa interessante

Já no nível externo ao sintagma nominal, na relação do verbo com o sujeito, também há variação, e o verbo pode apresentar ou não a marca de plural, independentemente de todos os elementos do sintagma nominal apresentarem ou não essa marca, como podemos ver nos exemplos a seguir:

- (7) (a) as minhas filha era pequena. (MOREIRA; VIANNA, 2018)
 (b) As menina fazia, no meu cabelo, trança embutida. (LUCCHESI, 2015; exemplos b-d)
 (c) Os trios elétrico saía doze hora.
 (d) as minhas irmã são moderna.
 (e) as menina tiraram retrato. (BRANDÃO, 2011)
 (f) Eles conhece Roma. (SCHERRE, 1998; exemplos f-g)
 (g) Os filho tá pedindo dinheiro.
 (h) Outras pessoa vai modificando a comunidade. (MASCARELLO, 2010)

Outra variação é observada com substantivos coletivos na função de sujeito, como nos exemplos abaixo, em que o verbo pode trazer ou não a marca de plural:

- (8) (a) a gente faz.³
 (b) a gente fazemos. (MENDES, OUSHIRO, 2015)
 (c) o povo chegou.
 (d) o povo chegaram.

Retomando o que mencionei anteriormente, alguns desses padrões são mais comuns em certas variedades do PB. Os exemplos em (1), (3) e (8a) são típicos das variedades cultas, enquanto que os demais são mais típicos das variedades populares. De modo geral, percebemos que as variedades cultas empregam um padrão mais redundante de concordância de número: se o núcleo do sintagma nominal sujeito exibe marca de plural, então, todos os elementos determinantes e modificadores flexionáveis, bem como o verbo principal núcleo do sintagma verbal, também devem exibi-la. No caso das variedades populares, há menos redundância, posto que uma única marca explícita de plural em um dos elementos do sintagma nominal (geralmente o determinante) é suficiente para todo o sintagma e até para toda a frase.

Dada a riqueza e variedade da língua, outros padrões devem existir, mas esses são os principais padrões de concordância de número que serão considerados neste estudo para fins de descrição, análise e formalização.

3 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A CONCORDÂNCIA (DE NÚMERO)

Uma concepção geral de concordância, adotada aqui, é dada por Steele (1978, p. 610, tradução minha), segundo o qual a concordância pode ser entendida como “[...] uma covariância sistemática entre uma propriedade formal ou semântica de um elemento com a propriedade formal de outro”. Corbett (2006) destaca que o ponto crucial nessa concepção de Steele é a noção de covariância sistemática, isto é, elementos linguísticos carregam traços que coincidem com os traços de outros elementos, mas essa coincidência e suas possíveis variações são sistemáticas: se um elemento varia em um aspecto, outro também varia nesse mesmo aspecto.

Vários elementos participam dessa covariância e determinam como pode se dar a relação de concordância. Corbett (2006), por exemplo, trata da concordância como um fenômeno que envolve os seguintes componentes: controlador (*controller*), alvo (*target*), domínio (*domain*), traços (*features*) e condições (*conditions*). O *controlador* é o elemento que determina a concordância (como o sintagma nominal sujeito, que determina a concordância com o verbo, isto é, faz exigências quanto à forma do verbo). O *alvo* é todo elemento cuja forma é determinada pelo controlador, como o verbo principal (em uma frase) que varia sua forma dependendo do sujeito. O *domínio* diz respeito ao ambiente sintático em que se dá a relação de concordância (como o sintagma nominal ou a oração). As propriedades envolvidas na concordância são os *traços* (como gênero, número e pessoa). E as *condições* são propriedades que não têm uma manifestação formal, mas que agem sobre os controladores, alvos e domínios, podendo afetar de algum modo a concordância (como animacidade, precedência etc.).

Todos esses elementos são realizados e interagem de formas diferentes a depender da língua. Assim, é preciso identificar, em cada língua, que elementos linguísticos assumem cada um desses papéis, e de que modo eles interagem para derivar os padrões de concordância aceitáveis. Ao mesmo tempo, é necessário que princípios gerais sejam identificados de modo a compor uma teoria geral de concordância aplicável a qualquer língua. Embora esse trabalho parta de concepções teóricas mais gerais de concordância, o foco maior é a descrição das propriedades particulares de uma língua (o PB).

³ Há atualmente uma concepção bem consensual de que a expressão *a gente* no português brasileiro e europeu, como nos exemplos 8a e 8b, sofreu um processo de gramaticalização e já é considerado um pronome pessoal de primeira pessoa do plural equivalente ao pronome *nós*, e não um sintagma nominal formado por determinante e substantivo (cf. ALENCAR, 2013b; ZILLES, 2005; LOPES, 2003; MARCOTULIO; VIANNA; LOPES, 2013). Concordo com essa análise. No tratamento formal e implementação aqui proposta, para simplificação da análise, a expressão *a gente* ainda é analisada pela regra do sintagma nominal. Posteriormente, será preciso corrigir ou ampliar as propriedades lexicogramaticais dessa expressão, de modo que ela seja filtrada pela regra de um sintagma determinante formado apenas por um pronome. Para isso será necessário incluir toda a expressão como uma única entrada lexical com a categoria PRO (pronome), e atribuir a ela as especificações sugeridas neste artigo para núcleos substantivos do tipo *povo*. Com isso, *a gente* será devidamente analisada como expressão pronominal e não expressão nominal.

O entendimento de que há um elemento que controla e outro que é alvo da concordância faz parte de uma concepção de concordância assimétrica (CORBETT, 2006). A assimetria é sugerida quando se entende que os elementos que convergem nas propriedades e traços gramaticais não desempenham exatamente o mesmo papel nessa relação. Considere a frase a seguir:

(9) Toda[s] a[s] criança[s] pequena[s] dorme[m].

Nessa frase, todos os elementos exibem uma mesma marca gramatical (por meio do morfema de plural, destacado entre colchetes). A assimetria é entendida quando se assume, que em um domínio de concordância, há traços que são atribuídos diretamente pelo próprio item lexical ou sintático, enquanto há outros que são determinados pelos traços presentes em outro elemento lexical ou sintático. Nesse sentido, na frase (9), pode-se entender que todos os morfemas destacados nos elementos do sintagma nominal (*todas as crianças pequenas*) foram determinados pelo núcleo *crianças*, sinalizando um referente plural, exigindo, assim, que os demais elementos determinantes, quantificadores e modificadores especifiquem o mesmo traço. E a forma verbal *dormem* também é determinada pelo substantivo, ou mais abstratamente pelo sujeito. Com base nisso, uma concepção inicial é a de que no PB a função de controlador da concordância é restrita ao substantivo núcleo do sintagma nominal e ao sujeito da frase⁴. Mais precisamente, podemos dizer que no domínio do sintagma nominal o controlador é o substantivo, e os demais elementos são os alvos; enquanto que, no domínio da oração (na relação sujeito-predicado), o controlador é o sujeito, e o verbo é o alvo. O sujeito pode ser tratado como controlador, porque há casos em que a forma do verbo não é determinada pelo substantivo, mas por todo o sujeito; como no caso de sujeitos com sintagmas nominais singulares coordenados - exemplo (10) abaixo -, em que o verbo não faz a concordância de número com nenhum dos substantivos individualmente, mas com o grupo, que constitui todo o sintagma nominal sujeito. Como os papéis desses elementos são distintos, e há uma relação de dependência entre eles, considera-se a concordância como assimétrica e unidirecional.

(10) A mãe e o filho desapareceram.

Numa concepção simétrica, não haveria essa unidirecionalidade na concordância. Em vez disso, assume-se que ela é multidirecional: os traços dos componentes lexicais e sintáticos são atribuídos mais ou menos independentemente por cada item, e os traços tanto do controlador quanto do alvo podem ter funções semelhantes na concordância: ambos podem contribuir informações para as estruturas sintáticas.

A discussão sobre a assimetria e simetria da concordância é bem variada na literatura, tanto no tratamento de línguas diferentes quanto entre teorias, não sendo, portanto, consensual. Corbett (2006) defende que a concordância canônica é assimétrica; Ackema and Neeleman (2013), Kathol (1999), Haug e Nikitina (2016) defendem o caráter simétrico da concordância.

Na análise aqui proposta, a concepção assimétrica de concordância, conforme Corbett (2006), não é descartada. No entanto, defendo que essa assimetria não é produzida única e diretamente no nível da expressão formal, mas na relação de um nível semântico-referencial com o nível formal. Nessa concepção, a direcionalidade não é *expressão formal* (controlador) → *expressão formal* (alvo), mas sim *entidade semântico-referencial* (controlador) → *expressão formal* (alvo). Na frase em (9), por exemplo, não é exatamente a forma do substantivo que determina a forma dos determinantes e modificadores, visto que a própria forma do substantivo já foi selecionada para expressar e ser compatível com o referente plural desse substantivo. Em PB, há pelo menos duas formas lexicais disponíveis para o lexema CRIANÇA: *criança* e *crianças*. A escolha por uma das formas depende do referente, se denota apenas um indivíduo ou mais de um indivíduo⁵. Nesse caso, até o substantivo pode ser considerado alvo. Outro argumento seria o exemplo em (10), no qual o sintagma nominal coordenado (*a mãe e o filho*) tem uma expressão morfossintática singular, mas denota mais de um indivíduo, e é esse referente plural que controla a forma do verbo, induzindo à seleção da forma plural do mesmo.

⁴ Os pronomes são elementos especiais, porque podem assumir o papel tanto de controlador quanto de alvo, como demonstra Bresnan *et al.* (2016, p. 191), mas eles não serão tratados neste estudo.

⁵ Um substantivo singular também pode denotar uma classe de indivíduos, como na frase "A criança tem seu direito assegurado pela constituição", apontada por Leonel Figueiredo de Alencar em comunicação pessoal. Mesmo nesse caso, a forma selecionada é singular, pois o referente pode ser conceitualizado como singular: a classe de indivíduos.

Por conta dessa concepção, a assimetria, neste trabalho, não será modelada diretamente, por meio da manipulação dos traços morfossintáticos fornecidos pelos elementos lexicais. Isso significa que o sistema de concordância modelado não irá capturar a assimetria, mas apenas as especificações dos traços de concordância que cada elemento projeta na estrutura sintática, e que licenciam construções sintáticas válidas e compatíveis com seus referentes. Esse tipo de tratamento, comumente adotado em trabalhos no quadro da LFG, é inclusive referido como uma análise simétrica de concordância, uma vez que a concordância é concebida como um procedimento de acúmulo parcial de informações contribuídas pelos elementos dessa relação e unificadas em estruturas sintáticas mais complexas (DALRYMPLE, MYCOCK, 2019; HAUG; NIKITINA, 2016).

A opção por esse tipo de análise também é motivada pela consideração da variabilidade de padrões de concordância e de relações entre os elementos tradicionalmente considerados controladores e alvos. Em muitos casos, e em línguas diversas, a relação entre controlador e alvo não envolve necessariamente a determinação absoluta dos traços de concordância, no sentido de que sempre que houver um controlador e um alvo, o alvo deve obrigatoriamente exibir os mesmos traços do controlador, e vice-versa. Assim, a relação assimétrica não se deixa transparecer tão clara e homoganeamente no nível da expressão linguística, como exemplifico a seguir.

Há casos em que os alvos não especificam ou não exibem formalmente os traços que seu controlador especifica, ou até exibem traços que não estão presentes no controlador, como nos exemplos abaixo:

- (11) Walman (CORBETT, 2006, p. 171)
 (a) Pelen y-aikiri.
 Dog PL-barked.
 ‘The dogs barked.’ (Os cachorros latiram.)
 Espanhol (BOSQUE; MORENO 1984 *apud* JOHSON, 2014, p. 54)
 (b) Los jugadores queremos ir a París
 the players.pl want.I.pl to-go to Paris
 ‘We the players want to go to Paris’ (Nós jogadores queremos ir a Paris).
 (c) Nós estamos cansadas. / Nós estamos cansados.
 (d) Precisamos de ajuda.

Em (11a), na língua Walman (uma língua falada em Papua Nova Guiné), o controlador *pelen* (cachorro) não apresenta marca formal de número, que só aparece no verbo alvo *yaikiri* (latiram). No exemplo do espanhol (11b), a não correspondência dos traços está no domínio sujeito-verbo, em que o verbo exibe uma marca de pessoa (1ª pessoa) diferente da que está expressamente presente no sujeito (3ª pessoa). No exemplo do português (11c), o predicativo (*cansadas/cansados*) tem marcas de gênero que não estão presentes no sujeito, que é um pronome subespecificado quanto ao gênero. E no exemplo (11d), as marcas de número e pessoa presentes no verbo não vieram do controlador (o sujeito), que nem mesmo está presente na frase. Esses exemplos mostram que a relação de concordância, ou mais precisamente entre controlador e alvo, não é tão direta, superficial ou morfossintaticamente transparente quanto parece em alguns casos, indicando que o falante recorre a outros tipos de informação (semânticas, referenciais e até pragmáticas), além das propriedades formais morfossintáticas. Há outros casos em que os alvos especificam valores diferentes do valor atribuído ao mesmo traço do controlador, como nos exemplos (4)-(7), já mencionados, e nos exemplos em (12) abaixo:

- (12) (a) This boy and girl are eating a pizza. (KING; DALRYMPLE, 2004)
 ‘Esse menino e menina estão comendo pizza.’
 (b) Sześć kobiet było smutn-ych (CORBETT, 2003)
 six woman.PL.GEN be.PAST-SG.NEUT sad-PL.GEN
 ‘six women were sad’. (‘seis mulheres estavam tristes’)
 (c) O prefeito e o secretário foram presos.

No exemplo (12a), do inglês, o verbo está na forma plural, enquanto seu sujeito tem apenas elementos com valor singular para o número, assim como no exemplo (12c), do português. A concordância, nesse caso, não foi feita individualmente com nenhum dos

elementos sintáticos que compõem o sujeito, mas com o sentido de plural denotado pelo conjunto, sugerindo que a concordância foi controlada semanticamente. No exemplo (12b), do polonês, o verbo *było* ('ser') apresenta um valor de número singular, diferente do controlador *kobiet* ('mulheres') que é plural.

E outra situação é quando, numa mesma língua, os alvos têm a opção de especificar ou não os traços e valores do controlador, havendo, assim, padrões alternativos de concordância para uma mesma estrutura, como nos exemplos em (8), já mencionados, e em (13), abaixo:

(13) (a) The committee has decided / have decided (CORBETT, 2003, p. 113)

'O comitê decidiu.'

(b) A maioria das pessoas desistiu /desistiram.

Nos exemplos em (8) e (13), o verbo pode fazer a concordância tanto no singular quanto no plural com o sujeito. Geralmente, isso acontece quando o substantivo ou todo o sintagma nominal pode denotar tanto um indivíduo quanto um grupo, e, assim, há duas possibilidades aceitáveis de concordância, o que pode ser tratado como um caso de concordância semântica (CORBETT, 2006).

Os exemplos (11)-(13) são normalmente tratados como um caso de incompatibilidade (*mismatch*, no inglês) na concordância (CORBETT, 2003, 2006; WECHSLER; ZLATIC, 2000; 2003), quando os traços e valores do alvo não são compatíveis com os traços e valores do controlador; ou como um caso de sistema misto ou híbrido de concordância (WECHSLER; ZLATIC, 2000; 2003), quando as relações de concordância não são uniformemente determinadas por traços morfossintáticos originados nos controladores, podendo ter influências de outras dimensões linguísticas.

Toda essa heterogeneidade e incompatibilidade formal observada tanto entre línguas quanto dentro de uma única língua parece vir de várias dimensões linguísticas, que interagem com a estrutura formal da língua, dando origem a relações superficiais formais aparentemente incompatíveis. Corbett (2006), entre outros, fala como o fenômeno da concordância envolve aspectos do âmbito lexical, sintático, morfológico e pragmático. É essa multiplicidade de fontes de informação (extra)linguística que influencia a produção e compreensão da língua e possibilita ao falante modos diversos e alternativos de estruturar formalmente a expressão linguística. Por isso, uma teoria de concordância não vai ser completa se basear suas premissas e princípios apenas em um único nível de informação linguística, como o nível sintático ou o semântico.

Essa incompatibilidade, então, não deve ser entendida como não concordância. De acordo com Corbett (2006), mesmo quando há incompatibilidade dos traços do controlador com os do alvo, a relação ainda deve ser considerada de concordância. Essa disparidade superficial é um fenômeno presente em muitas línguas e que produz estruturas aceitáveis pelos falantes, sendo, portanto, licenciada pela gramática da língua, e pelo sistema de concordância em particular.

Em relação ao PB, a incompatibilidade na concordância também se manifesta, como já observamos, ficando mais evidente quando reunimos e contrastamos dados de mais de uma variedade da língua. A incompatibilidade observada no PB aponta para dois tipos de concordância também identificados por Corbett (2006): a concordância obrigatória e a concordância opcional. No primeiro caso, exige-se que a concordância seja obrigatoriamente marcada na morfologia dos alvos flexionáveis; e no segundo, essa marcação é opcional. Nesse sentido, as variedades cultas empregam tipicamente a concordância morfossintática obrigatória; e as variedades populares, a concordância opcional. A seguir, apresentarei a perspectiva da LFG para o tratamento da concordância e uma proposta de formalização desses padrões obrigatórios e opcionais de concordância de número no PB conforme essa teoria.

3.1 A FORMALIZAÇÃO DA CONCORDÂNCIA DE NÚMERO NO PB VIA LFG

A Gramática Léxico-Funcional (LFG) é uma teoria gerativa não transformacional, que consiste em um modelo de gramática matematicamente preciso e formal, o que lhe possibilita a formalização e implementação computacional de gramáticas e fenômenos

linguísticos de línguas naturais (cf. DALRYMPLE; MYCOK, 2019; para uma exposição bem abrangente e atualizada da teoria). A LFG também faz parte dos modelos gramaticais baseados em unificação⁶, juntamente com a HPSG, a GPSG, entre outras.

Os estudos em LFG também tratam o fenômeno da concordância como um processo de coespecificação de traços envolvendo um controlador e um alvo (DALRYMPLE, HRISTOV, 2010; BRESNAN *et al.*, 2016). Mais especificamente, a LFG modela o fenômeno da concordância por meio do mecanismo formal da unificação, conforme demonstrado a seguir, com exemplos do português.

Nas gramáticas LFG do PB (ALENCAR, 2013a; SANTOS, 2014), determinantes, substantivos e verbos incluem as seguintes informações em suas entradas lexicais (aqui simplificadas):

(14)

o	D (↑GEN) = MAS (↑NUM) = SG (↑SPEC) = DEF	<i>cavaleiro</i> N (↑PRED) = 'CAVALEIRO' (↑NUM) = SG	<i>passa</i> V (↑PRED) = 'PASSAR<(↑SUBJ)>' (↑SUBJ NUM) = SG (↑SUBJ PERS) = 3
os	D (↑GEN) = MAS (↑NUM) = PL (↑SPEC) = DEF	<i>cavaleiros</i> N (↑PRED) = 'CAVALEIRO' (↑NUM) = PL	<i>passam</i> V (↑PRED) = 'PASSAR<(↑SUBJ)>' (↑SUBJ NUM) = SG (↑SUBJ PERS) = 3 (↑TENSE) = PRES

Tomemos como exemplo o primeiro grupo de entradas em (14). Quando instanciadas⁷, elas produzem as estruturas F (estruturas funcionais) em (15), abaixo, que se fundem para produzir a estrutura funcional resolvida para a frase *O cavaleiro passa*, dada em (16).

(15)

O

cavaleiro

passa

$\left[\begin{array}{l} \mathbf{PRED} \text{ MAS} \\ \mathbf{NUM} \text{ SG} \\ \mathbf{SPEC} \text{ DEF} \end{array} \right]$	$\left[\begin{array}{l} \mathbf{PRED} \text{ 'CAVALEIRO'} \\ \mathbf{NUM} \text{ SG} \end{array} \right]$	$\left[\begin{array}{l} \mathbf{PRED} \text{ 'PASSAR<(↑SUBJ)>'} \\ \mathbf{SUBJ NUM} \text{ SG} \\ \mathbf{SUBJ PERS} \text{ 3} \\ \mathbf{TENSE} \text{ PRES} \end{array} \right]$
---	--	--

(16) *O cavaleiro passa.*

$$\left[\begin{array}{l} \mathbf{PRED} \text{ 'PASSAR < SUBJ >'} \\ \mathbf{SUBJ} \left[\begin{array}{l} \mathbf{PRED} \text{ 'CAVALEIRO'} \\ \mathbf{NUM} \text{ SG, PERS 3, SPEC DEF} \end{array} \right] \\ \mathbf{TENSE} \text{ PRES} \end{array} \right]$$

A estrutura F em (16) só foi adequadamente construída porque a operação de unificação foi satisfeita (além de outras propriedades de boa formação não relevantes para a discussão). Em outras palavras, os valores para o traço número no determinante e no substantivo são iguais (NUM = SG), o que permite a unificação dos dois elementos e, conseqüentemente, a boa formação do sintagma nominal. O verbo também especifica um valor SG (representando *singular*) para o atributo de número (NUM) do sujeito, o mesmo valor que o sintagma nominal especificou, resultando assim em uma estrutura F totalmente unificada (sem valores conflitantes) para frase. A mesma situação aconteceria com as entradas dos itens no plural em (14), que projetariam uma estrutura F bem formada para a frase *os cavaleiros passam*. Temos, assim, a concordância de número capturada por meio da unificação.

⁶ Ver Shieber (2003) para uma introdução a gramáticas de unificação.

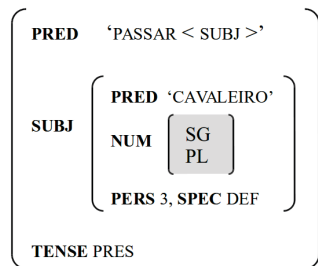
⁷ A instanciação, em LFG, é o processo no qual os esquemas funcionais (as especificações) são atribuídos aos constituintes sintáticos sinalizados pelas setas (↑ e ↓), produzindo um conjunto de expressões, chamadas descrições funcionais, que informam e orientam a construção de estruturas funcionais (WESCOAT, 1989).

Essas especificações, no entanto, só dão conta dos casos canônicos de concordância morfossintática (concordância obrigatória). Ao serem instanciadas em frases do tipo em (17), abaixo, elas contribuiriam informações conflitantes e projetariam a estrutura F dada em (18). Nessa estrutura, temos valores distintos (SG e PL) para um mesmo atributo, o que produz uma estrutura mal formada (não unificada), levando a gramática a rejeitar as frases em (17).

(17) (a) Os cavaleiro passa.

(b) Os cavaleiros passa.

(18) Os cavaleiro passa. / Os cavaleiros passa.



Considerando que as frases em (17) são aceitáveis, pelo menos, nas variedades populares do PB, podemos inferir que deve haver outras propriedades lexicogramaticais atuando na língua, além das expostas em (15), e que permitem à gramática a atribuição de análises válidas tanto para os casos de concordância obrigatória quanto os casos de concordância opcional, exemplificados em (17). A seguir, apresento uma proposta de descrição e formalização da concordância de número no PB que pode dar conta desses dois casos.

4 PROPOSTA TEÓRICO-FORMAL

A proposta a ser apresentada baseia-se no tratamento dado por Wechsler e Zlatić (2000, 2003), elaborado inicialmente no quadro da HPSG, mas amplamente explorada por outros autores no âmbito da LFG (ALENCAR, 2013b; BELYAEV; DALRYMPLE; LOWE, 2015; DALRYMPLE; HRISTOV, 2010; KING; DALRYMPLE, 2004; SADLER, 2003; SADLER; KUHN, 2007). Wechsler e Zlatić (2000; 2003) propõem que a concordância não se dá apenas por meio de um único nível de traços, mas por mais de um nível, que os autores denominam INDEX e CONCORD, ambos contendo os traços mais específicos, como número, pessoa e gênero. Conforme mencionado em Dalrymple e Hristov (2010), essas duas categorias são propriedades sintáticas, entretanto o CONCORD está mais proximamente ligado aos traços morfossintáticos e o INDEX está mais relacionado aos traços semânticos.

Ao estipular dois níveis de concordância, as possibilidades de coespecificação de traços são ampliadas, e a concordância pode então ser estabelecida em mais de um nível. Assim, quando temos construções com propriedades gramaticais de concordância incompatíveis em um nível, pode ser que a compatibilidade seja assegurada em outro nível. Devido a essa maior flexibilidade, esse sistema multinível de traços tem sido bastante utilizado, com bons resultados, para explicar o fenômeno de incompatibilidade ou de concordância mista (cf. BRESNAN *et al.*, 2016). Alencar (2013b) segue uma proposta semelhante para o tratamento da concordância no PB, distinguindo entre traços semânticos (denominados traços SIGMA) e sintáticos (denominados traços PHI). Neste trabalho, optou-se pelo uso dos traços INDEX e CONCORD, visto que têm ampla aceitação no cenário da LFG.

Na proposta aqui apresentada, a concordância será modelada considerando-se apenas as seguintes categorias sintáticas: determinantes, substantivos e verbos. E em relação aos domínios de concordância, considerarei apenas o domínio do sintagma nominal simples (não coordenado) e o domínio da oração (relação sujeito-verbo)⁸. A análise também se restringirá aos traços de número gramatical, deixando de lado por ora outros traços de concordância, como pessoa e gênero.

⁸ Corbett (2006) identifica pelo menos 4 domínios de concordância: a) o domínio interno do sintagma nominal; b) o domínio externo ao sintagma nominal, mas ainda dentro da oração; c) o domínio que se estende para além da oração, mas ainda dentro do nível da sentença; e d) domínios que podem ir além do nível da sentença.

A primeira consideração a ser feita é que o sistema de concordância do PB faz exigências tanto de traços INDEX quanto CONCORD. Isso significa que os itens lexicais podem especificar em suas entradas os dois conjuntos de traços simultaneamente. Por isso, teremos, nessa língua, dois níveis em que a concordância pode ser satisfeita, possibilitando padrões variados e alternativos de concordância.

Esse sistema de concordância no PB é, inclusive, introduzido por Dalrymple e King (2004), que sugerem a seguinte especificação de traços de número para os determinantes singular e plural:

- (19) (a) Determinante singular:
 (↑ CONCORD NUM) = SG
 (↑ INDEX NUM) = SG
 (b) Determinante plural:
 (↑ CONCORD NUM) = PL
 (↑ INDEX NUM) = PL

Minha proposta segue esse sistema, mas com alguns ajustes e expansões. Dalrymple e King (2004) não mostram como seria a especificação para as outras categorias (como substantivos, adjetivos e verbos); além disso, a especificação dada em (19) não parece totalmente adequada, pois excluiria construções das variedades populares do PB, como *o povo chegaram*, em que o valor SG de INDEX teria conflito com o valor INDEX de *povo*, que, conforme minha análise, deve ser plural (PL), o que se evidencia na concordância no plural do verbo com o sujeito.

Com essa e outras considerações, proponho a seguinte especificação de traços de concordância de número para as categorias determinantes, substantivos e verbos do PB⁹:

Determinantes

- (a) Determinante singular:
 (↑ CONC NUM) = SG

 (b) Determinante plural:
 (↑ CONC NUM) = PL
 (↑ INDEX NUM) = PL

A especificação dos determinantes é semelhante à de Dalrymple e King (2004), diferindo nas informações do determinante singular, por esse ter apenas traços CONC(ORD) para o número. Já o determinante plural inclui os dois níveis CONCORD e INDEX, com uma especificação redundante do valor PL (plural) para NUM. A distinção entre os dois tipos vem do fato de o determinante plural ser mais restritivo, por isso, impondo seus traços de número nos dois níveis. O determinante singular, por outro lado, especifica apenas um nível de concordância, o CONCORD, sem fazer restrição quanto ao nível INDEX, o que permite que ele seja combinado com substantivos com um traço INDEX, independente do valor. Com isso, a gramática pode fornecer análises válidas para frases do tipo em (8), repetidas abaixo em (20), que trazem um sintagma nominal morfossintaticamente singular, mas semanticamente plural, como se percebe pela concordância verbal no plural.

- (20) (b) A gente fazemos. (MENDES, OUSHIRO, 2015)
 (b) O povo chegaram.

Vejamos agora a especificação dos traços de número para os substantivos:

⁹ Agradeço a Leonel Figueiredo de Alencar pelos comentários e revisão do artigo, que ajudaram principalmente no aprimoramento das especificações lexicais implementadas, eliminando as ambiguidades de análises espúrias que uma versão inicial da proposta ainda tinha.

Substantivos

Tipo 1 (substantivos com denotação plural para a forma singular (ex.: *povo, gente, galera*):

(a) Substantivo singular:

@(DEFAULT (↑ CONC NUM) SG)
(↑ INDEX NUM) = PL

Tipo 2 (Todos os demais substantivos)

(a) Substantivo singular:

@(DEFAULT (↑ CONC NUM) SG)

(b) Substantivo plural:

(↑ CONC NUM) = PL
(↑ INDEX NUM) = PL

Para os substantivos, é necessário estipular pelo menos dois conjuntos de traços distintos. O primeiro conjunto corresponde a um subgrupo dos substantivos geralmente referidos como coletivos (Tipo 1), entendidos como os substantivos que denotam uma coleção ou um grupo de indivíduos, mesmo tendo uma forma singular (SCHWARZSCHILD, 1996)¹⁰. O segundo conjunto corresponde a todos os demais substantivos (Tipo 2).

Começamos a análise pelo grupo de substantivos do Tipo 2, que representam a classe mais geral e com maior quantidade de elementos. Para esses substantivos, a especificação sugerida também inclui os dois níveis de concordância (CONCORD e INDEX), mas o modo como esse conjunto de traços é especificado difere no substantivo singular e no substantivo plural.

Para a forma singular, esses substantivos especificam apenas uma atribuição de número por *default*. Essa atribuição está codificada na especificação @(DEFAULT (↑ CONC NUM) SG) que representa a chamada do molde (*template*) de atribuição de valores por *default*, apresentado em (21a) e que se desdobra nas especificações em (21b):

- (21) (a) DEFAULT (D V) = { D D~V | D=V }
(b) {(↑ CONC NUM) (↑ CONC NUM) ~ SG} | (↑ CONC NUM) = SG}

O resultado dessa atribuição é: se nenhum outro elemento do sintagma nominal especificar um valor diferente para o traço CONC NUM, o substantivo especifica o valor SG para esse traço. Por meio dessa atribuição, esse tipo de substantivo (com forma singular) pode receber um valor plural de outro elemento, como, por exemplo, do determinante plural, ou terá um valor singular nesse nível, compatível com elementos que também tenham esse valor. E, caso não haja nenhum outro elemento atribuindo valores para o traço CONC NUM, como quando o substantivo vier sozinho no sintagma nominal, ele mesmo atribuirá o valor SG.

Para exemplificar melhor essas propriedades, tomemos os exemplos em (22) abaixo:

- (22) (a) a codorna
(b) as codorna (SCHERRE, 1994)

Em (22a), o substantivo especifica o valor SG por default, já que o determinante não atribui um valor diferente. No exemplo (22b), por outro lado, o substantivo não recebe o valor SG por default, mas sim o valor PL atribuído pelo determinante.

A interpretação dessas propriedades é que substantivos no singular têm uma forma morfossintática singular, codificada formalmente no nível CONCORD ((↑ CONC NUM) = SG). Isso lhes permite serem combinados com determinantes com a mesma

¹⁰ Não há uma definição consensual para a classe dos substantivos coletivos na literatura linguística, como mostra Gardelle (2019). Assim, estamos assumindo essa concepção mais geral de substantivo coletivo, mas restringindo a um subgrupo desses substantivos a especificação proposta. Isto é, nem todos os substantivos com forma singular que denotam um referente plural irão necessariamente especificar os traços sugeridos. A especificação é, portanto, idiossincrática: aqueles substantivos coletivos que licenciam a concordância tanto morfossintaticamente (no singular) quanto semanticamente (no plural) terão essa propriedade especificada em sua entrada lexical.

propriedade, o que acontece com o exemplo (22a). Eles não têm, no entanto, informação de número em um nível mais próximo do plano semântico, exigindo que essa informação venha de outro local. É tanto que, no exemplo (22b), a interpretação de um referente plural para o item *codorna* (mais de uma codorna) não vem do próprio substantivo, mas do determinante que atribui a informação de plural para o sintagma nominal. Podemos dizer que o substantivo singular no PB, com exceção de substantivos coletivos, é subespecificado para o valor de número no nível semântico. Para tornar ainda mais clara essa formalização, deixo a seguir a interpretação informal do esquema funcional do substantivo singular. O substantivo diz para a gramática: eu posso atribuir um valor de número singular a minha estrutura funcional por meio de minha forma singular ou eu posso não informar nada sobre meu número e exigir que ele seja dado por outro elemento dentro da mesma estrutura funcional da qual faço parte.

Os substantivos no plural, por sua vez, funcionam de forma semelhante aos determinantes. Ambos são mais restritivos e estipulam dois níveis de concordância (CONCORD e INDEX), com o mesmo valor para o traço de número. Isso captura a intuição de que os substantivos com forma no plural tanto são morfologicamente marcados com o traço de plural quanto denotam entidades plurais. Desse modo, substantivos no plural só podem se combinar, no domínio do sintagma nominal, com elementos que especifiquem o mesmo conjunto de traços e valores ou com elementos que especifiquem pelo menos um dos traços compatíveis. Com isso, construções como as de (23), abaixo, são bloqueadas pela gramática, visto que a concordância não é satisfeita em nenhum dos níveis.

(23) * a codornas

Passemos agora para os substantivos do Tipo 1, que representam uma classe menor de elementos, um subgrupo dos substantivos coletivos.

As especificações desses substantivos têm uma informação diferente apenas na entrada lexical de suas formas no singular. No nível CONCORD, esses substantivos têm a mesma atribuição por *default* que os outros substantivos no singular. Além disso, esse tipo de substantivo especifica o valor PL para o nível INDEX NUM. Então, com esse tipo de substantivo, é possível ter um sintagma nominal com valores distintos de número: SG, no nível CONCORD, e PL no nível INDEX. Essa especificação mista captura a noção de que tais substantivos têm uma forma singular que pode denotar tanto uma entidade quanto mais de indivíduos. A denotação de singular é capturada no nível CONCORD; e a denotação de plural, no nível INDEX. Com essa especificação, as construções em (8), repetidas abaixo como (24), são licenciadas pela gramática.

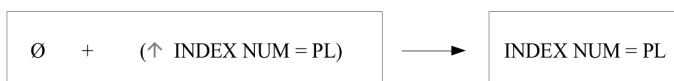
- (24) (a) A gente faz.
 (b) A gente fazemos. (MENDES, OUSHIRO, 2015)
 (c) O povo trabalha.
 (d) O povo trabalham. (BECHARA, 2001, p.555 *apud* MAIA, 2011)

Aqui é preciso considerar a concordância tanto no domínio interno do sintagma nominal, quanto no domínio externo oracional para compreender as especificações desses substantivos. Assim, primeiramente no domínio do sintagma nominal, a combinação do determinante com o substantivo produz duas opções alternativas de combinação de traços, demonstradas em (25), abaixo:

(25) (a) o povo / a gente



(b) o povo / a gente



Na primeira opção, em (25a), os traços são compatíveis no nível CONCORD, o que resulta na atribuição de ‘CONC NUM = SG’ para o sintagma nominal. Na segunda opção, em (25b), temos apenas um traço INDEX contribuído pelo substantivo, o que resulta na atribuição de ‘INDEX NUM = PL’ para o sintagma nominal. Como resultado, essa especificação produz um sintagma nominal com duas opções disponíveis para concordância externa (CONC NUM = SG ou INDEX NUM PL). Por conta disso, esses sintagmas nominais podem ser combinados tanto com verbos no singular quanto com verbos no plural, como nos exemplos em (24).

Logo, nas frases de (24a) e (24c), a concordância foi estabelecida morfossintaticamente (no nível CONCORD), capturando o sentido de que o referente do substantivo foi conceitualizado como uma entidade. Já nas frases de (24b) e (24d), a concordância é bloqueada no nível CONCORD, visto que os valores do sintagma nominal e do verbo são incompatíveis. A concordância, no entanto, se dá semanticamente no nível INDEX, capturando o sentido de que o referente do substantivo foi conceitualizado como vários indivíduos.

A estipulação desses dois níveis de concordância também permite um tratamento coerente com o *Princípio de marcação de concordância*, proposto por Bresnan *et al* (2016, p. 191, tradução minha): “A concordância é induzida por um traço sintático do controlador, se o controlador tiver esse traço. Quando o controlador não possui tal traço, a flexão de concordância do alvo é semanticamente interpretada como caracterizando a denotação do controlador”.

De acordo com a formalização proposta, esse princípio se aplica tanto ao domínio interno do sintagma nominal quanto ao domínio oracional. No primeiro caso, exemplificado em (22b), o traço CONCORD do controlador não é selecionado, visto que o substantivo singular não tem o traço NUM PL, não podendo induzir a forma do determinante, sendo a flexão do determinante a responsável por veicular a denotação de plural do substantivo. No segundo domínio, exemplificado com as frases em (24b,d), o controlador (o sujeito) também não tem um traço morfossintático de NUM PL; ainda assim, o alvo (o verbo) pode apresentar uma marca morfossintática que caracteriza a denotação de plural do sujeito.

Em relação às formas no plural desses substantivos (o Tipo 1), elas funcionam como os demais substantivos. A marcação morfológica de plural simplesmente produz uma atribuição redundante (semântica e morfossintática) de número plural para tais substantivos. Assim, a seleção do item *povos* exclui qualquer interpretação de um referente singular.

É importante destacar que o nível de concordância selecionado para esses substantivos vai depender de cada variedade (se culta ou popular) e até de questões de registro do discurso (como registro literário e não literário) ou fatores estruturais (como distância entre controlador e alvo, aspectos ligados às propriedades referidas anteriormente como condições de concordância, e que não foram modeladas nesta formalização). A tradição prescritiva gramatical, por exemplo, costuma associar os padrões em (24b, d) com as variedades populares ou com contextos de uso orientados pelo registro literário, em que tais estruturas são aceitáveis por questões de estilo e licença poética, que permitem o relaxamento dos padrões canônicos gramaticais (CUNHA, 1986; AMARAL *et al*, 2003; BECHARA, 2001; TERRA, 2002). Esses casos são, inclusive, geralmente tratados como figura de linguagem, a silepse (quando a concordância é feita logicamente e não formalmente), configurando um tipo de desvio dos padrões canônicos da língua, os quais exigem a concordância no nível da forma.

Vejamos agora a especificação proposta para os verbos:

Verbos

(a) Verbo singular

(↑ SUBJ CONC NUM)

(b) Verbo plural

{(↑ SUBJ CONC NUM) (↑ SUBJ CONC NUM) ~ PL (↑ SUBJ INDEX NUM) =c PL | (↑ SUBJ CONC NUM) =c PL}

A especificação dos traços de concordância do verbo é diferente da dos outros elementos. Isso porque o verbo está em outro domínio de concordância. Enquanto os determinantes, substantivos e modificadores nominais especificam traços e valores restritos ao seu próprio domínio sintático local, o verbo especifica traços que são vinculados aos traços do seu argumento externo, o sujeito. Observe

que, na formalização dada, os traços CONC e INDEX do verbo são atributos da estrutura funcional do sujeito, representada por ‘↑ SUBJ’. Isso também formaliza a propriedade sintática do PB em que o verbo estabelece a concordância apenas com um de seus argumentos: aquele que com a função sintática de sujeito.

Na especificação do verbo singular, temos apenas uma propriedade restritiva quanto ao número. O esquema funcional ‘(↑ SUBJ CONC NUM)’ simplesmente exige que o substantivo informe algum valor para o traço CONC NUM. Uma notação do tipo ‘(↑ SUBJ CONC NUM)’, no formalismo da LFG, codifica a informação de que o substantivo singular é subespecificado para o valor de CONC NUM, podendo aceitar qualquer valor fornecido por outro elemento da mesma estrutura funcional. Uma notação do tipo ‘(↑ CONC NUM) = SG’ simboliza uma equação do tipo definidora ou atributiva (*defining equation*, no inglês), isto é, que define e projeta atributos e valores na estrutura funcional a que está ligada. Já uma notação do tipo ‘(↑ SUBJ CONC NUM)’ codifica uma restrição do tipo existencial (*existential constraint*, no inglês), isto é, que não projeta nenhum valor específico, mas apenas exige que um valor seja dado por outro elemento que compõe tal estrutura.

Com essa especificação, a gramática licencia construções dos tipos exemplificados em (26a) e em (17), repetidas abaixo como (26b;c):

- (26) (a) O cavaleiro passa.
 (b) Os cavaleiro passa.
 (c) Os cavaleiros passa.

Em todos os exemplos de (26), todos os sujeitos atribuem um valor para o traço CONC NUM, satisfazendo a exigência do verbo. Em (26a), o sujeito tem um traço CONC NUM com valor SG, e em (26b,c) os sujeitos têm um traço CONC NUM com valor PL, não havendo nenhuma incompatibilidade com o verbo. Em (26c) esse traço veio do determinante e do substantivo, e em (26b), o traço veio apenas do determinante. Por meio dessa formalização, segue-se uma generalização de que no PB, mais especificamente nas variedades populares, uma única marca morfológica de plural no sintagma nominal é necessária para garantir a concordância e gramaticalidade de uma sentença simples, uma vez que essa marca pode projetar sua informação para todo o sintagma, e com essa informação o sintagma nominal pode estabelecer a concordância com o verbo.

Quanto à forma plural dos substantivos, há uma especificação mais complexa, pois os verbos no plural precisam fazer restrições nos dois níveis (INDEX e CONCORD). A especificação é feita então por meio de uma disjunção. O primeiro elemento da disjunção estipula que o sujeito pode ter um traço CONC NUM com um valor diferente de PL juntamente com um traço INDEX NUM com valor PL. Ou seja, o sujeito pode ter simultaneamente as informações CONC NUM = SG e INDEX NUM = PL. Isso permite que verbos no plural se combinem com os sujeitos que tenham os substantivos do Tipo 1, mesmo que o sujeito tenha um CONC NUM = SG, como nos exemplos (24b) e (24d), repetidos abaixo em (25):

- (27) (b) A gente fazemos. (MENDES, OUSHIRO, 2015)
 (d) O povo trabalham.

O segundo elemento da disjunção ‘(↑ SUBJ CONC NUM)=c PL’, por sua vez, exige simplesmente que o substantivo tenha um traço CONC NUM com valor PL. Isto é, alternativamente o verbo no plural pode se combinar com sujeitos que não tenham valores distintos para INDEX NUM e CONC NUM, desde que o valor de CONC NUM desse sujeito seja PL. Com isso, as frases exemplificadas em (28) são licenciadas:

- (28) (a) Os meninos chegaram.
 (b) As menina tiraram retrato. (BRANDÃO, 2011)

É preciso ressaltar que a especificação dos traços INDEX no verbo plural deve ser por meio de uma equação restritiva ((↑ SUBJ INDEX NUM) =c PL) e não simplesmente por uma equação definidora. A atribuição de 'INDEX NUM = PL' para o sujeito, por meio do verbo, levaria a gramática a licenciar as construções em (29) e (30) abaixo, já que tanto o determinante quanto o substantivo singular não especificam nenhum valor para INDEX. Isso também vale para o valor CONCORD, em que o valor *default* de singular do substantivo poderia ser sobrescrito pelo valor de plural atribuído pelo verbo, se a especificação do verbo fosse definidora.

(29) * O cavaleiro esperam.

(30) * Cavaleiro esperam.

Com todo esse conjunto de especificações para determinantes, substantivos e verbos, a gramática que os contenha fornecerá análises válidas para os principais tipos de padrões de concordância de número no PB elencados ao longo desse texto, cobrindo parte da variabilidade desse fenômeno nas variedades populares e cultas da língua.

4.1 IMPLEMENTAÇÃO COMPUTACIONAL E RESULTADOS DA FORMALIZAÇÃO PROPOSTA

A fim de testar e verificar sua consistência, toda a formalização proposta e descrita anteriormente foi submetida à implementação computacional. Para isso, todas as especificações apresentadas foram convertidas para a linguagem notacional LFG-XLE¹¹ (ver CROUCH *et al* (2011) sobre notação do XLE) e implementadas no ambiente XLE (CROUCH *et al*, 2011). Nessa implementação, utilizei uma minigramática LFG-XLE do PB (MOURÃO, 2020) contendo um componente de regras sintáticas e um léxico com itens pertencentes às categorias que foram objeto deste estudo, enriquecidos com as especificações propostas.

Para os testes dessa gramática, dois conjuntos de sentenças foram empregados: um conjunto de sentenças gramaticais (teste positivo), reproduzido em (31) e um conjunto de sentenças agramaticais (teste negativo), reproduzido em (32). As sentenças do teste positivo foram elaboradas com base nos padrões de concordância aceitáveis no PB e modelados na gramática, e que, portanto, deveriam ser analisadas pela gramática implementada. As sentenças do teste negativo foram construídas com base nos padrões inaceitáveis, que violam a concordância em algum nível, e que não deveriam receber nenhuma análise.

(31) Conjunto de teste positivo

- #01: o cavaleiro espera
- #02: os cavaleiros esperam
- #03: o povo espera
- #04: os povos esperam
- #05: os cavaleiros espera
- #07: os cavaleiro espera
- #08: os povos espera
- #09: os povo espera
- #10: os povo esperam
- #11: o povo esperam
- #12: cavaleiro espera
- #13: cavaleiros esperam
- #14: cavaleiros espera

(32) Conjunto de teste negativo

- #01: o cavaleiro esperam
- #02: o cavaleiros esperam
- #03: o cavaleiros espera
- #04: o povos esperam

¹¹ LFG-XLE refere-se ao formalismo LFG implementado no ambiente Xerox Linguistic Environment (XLE), que é um ambiente computacional para a implementação de gramáticas léxico-funcionais. Portanto, há adaptações dos símbolos da teoria LFG clássica e até acréscimos na notação.

#05: o povos espera

#06: cavaleiro esperam

As sentenças foram submetidas à gramática, e o sistema XLE retornou análises compatíveis com a formalização proposta. Todas as sentenças do teste positivo receberam exatamente uma análise válida¹².

Apresento, abaixo, alguns exemplos de análises geradas pela gramática (apenas as estruturas funcionais simplificadas):

(33) **Figura 1:** Estrutura F da frase #01 gerada pelo XLE

"o cavaleiro espera"	
	[PRED 'ESPERAR<[1:CAVALEIRO]>']
5	3 [PRED 'CAVALEIRO']
6	4 [CONC [NUM SG]]
16	1 [SUBJ]
17	2 [GEN MAS, PERS 3]
22	12 []

Fonte: elaboração própria via XLE.

Figura 2: Estrutura F da frase #02 gerada pelo XLE

"os cavaleiros esperam"	
	[PRED 'ESPERAR<[1:CAVALEIRO]>']
	[PRED 'CAVALEIRO']
5	3 [CONC [NUM PL]]
6	4 [SUBJ]
16	1 [INDEX [NUM PL]]
17	2 [GEN MAS, NUM PL, PERS 3, SPEC DEF]
22	12 []

Fonte: elaboração própria via XLE.

Figura 3: Estrutura F da frase #07 gerada pelo XLE

"os cavaleiro espera"	
	[PRED 'ESPERAR<[1:CAVALEIRO]>']
5	3 [PRED 'CAVALEIRO']
6	4 [CONC [NUM PL]]
16	1 [SUBJ]
17	2 [INDEX [NUM PL]]
22	12 [GEN MAS, PERS 3, SPEC DEF]

Fonte: elaboração própria via XLE.

Figura 4: Estrutura F da frase #11 gerada pelo XLE

"o povo esperam"	
	[PRED 'ESPERAR<[1:POVO]>']
	[PRED 'POVO']
5	3 [CONC [NUM SG]]
6	4 [SUBJ]
16	1 [INDEX [NUM PL]]
17	2 [GEN MAS, PERS 3]
22	12 []

Fonte: elaboração própria via XLE.

Quanto às sentenças do teste negativo, todas foram bloqueadas pela gramática e não receberam nenhuma análise válida. Cabe um destaque para as sentenças #02, #03, #04 e #05, que foram bloqueadas por conta do conflito de traços no determinante e no substantivo.

Com base nos padrões modelados, é possível dizer que nas variedades populares, uma única marca explícita do traço de número é suficiente em um dos componentes do domínio de concordância (seja no controlador, seja no alvo), enquanto as outras são opcionais. Essa única marca, no entanto, deve ser dada no primeiro componente, por isso que estruturas como as sentenças de #02 a #05 do teste negativo não são licenciadas. A marca dada no segundo elemento é diferente da marca do primeiro componente que parece ter maior força de atribuição do valor de número a todo o sintagma. Essa proposta é compatível com as análises de vários outros autores, segundo os quais a primeira posição no sintagma nominal, em algumas variedades do PB, é o locus privilegiado para a marcação de plural: se há determinante, ele recebe a marca de plural; se não, o elemento que ocupar essa posição recebe a marca (GUY, 1981; SCHERRE, 1988,1994; COSTA, SILVA, 2006; ANDRADE, 2003).

O padrão dado em #02, #03, #04 e #05 até pode aparecer em algumas variedades, como mostra Brandão (2011, p. 168), ao levantar os exemplos em (34), nos quais a marca de plural é dada apenas no segundo elemento.

¹² Em LFG, uma análise válida refere-se ao *output* da aplicação da gramática sobre alguma expressão linguística. Essa análise compreende minimamente duas representações de análise sintática pareadas: uma representação arbórea (chamada de estrutura C, ou *c-structure*, do inglês) e sua respectiva representação funcional (estrutura F, ou *f-structure* do inglês), no formato de uma matriz de atributos e valores, como a dada em (16).

- (34) (a) somos nós [o culpados]
 (b) sei lá [essa influências]
 (c) só se for [sonho bons]

No entanto, essa mesma autora mostra que essas ocorrências têm uma frequência extremamente baixa em relação aos outros padrões. Ela relata que constituintes pré-nucleares, como os determinantes nos exemplos acima, são os menos suscetíveis de sofrer o apagamento da marca de número, apresentando uma frequência de ocorrência muito menor em relação ao apagamento nos outros elementos do sintagma nominal em outras posições. Por conta dessa baixa frequência, esse padrão não foi incluído na formalização aqui proposta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, propus-me a desenvolver uma discussão teórica e análise formal dos padrões de concordância do PB. A discussão feita e os resultados alcançados, embora preliminares, permitem apreender o caráter não trivial do fenômeno da concordância nessa língua. Quando realizamos análises mais superficiais nas variedades cultas do PB, a concordância se mostra relativamente simplificada e homogênea. Os elementos em relação de concordância exibem sempre que possível as mesmas marcas morfossintáticas de traços gramaticais. Mas, quando investigamos as variedades populares, chegamos a estruturas que parecem violar propriedades gramaticais da língua. Os padrões se tornam mais variáveis, e muitos são equivalentes semanticamente entre si e com as estruturas canônicas das variedades cultas.

Para capturar essa variabilidade e garantir a gramaticalidade desses padrões em uma única gramática que englobasse as duas variedades linguísticas, propus que a concordância de número no PB mobiliza dois níveis de traços: um mais próximo do nível morfossintático (CONCORD) e outro mais próximo do nível semântico (INDEX). É essa duplicidade de níveis que cria possibilidades alternativas de combinação das formas lexicais e sintáticas, permitindo que mesmo quando haja falha na concordância entre esses elementos em um dos níveis, a concordância ainda possa ser satisfeita em outro.

Também é possível depreender dessa proposta que os padrões de concordância tipicamente associados às variedades cultas são aqueles que se estabelecem mais no nível morfossintático (CONCORD), enquanto as variedades populares utilizam mais a concordância semântica (INDEX). Enquanto as variedades populares tendem a se satisfazer com uma concordância semanticamente determinada e ao mesmo tempo menos marcada morfossintaticamente, as variedades cultas tendem a explicitar formalmente os traços de concordância sempre que possível, daí a sua redundância maior na marcação desses traços. Por isso, falantes das variedades cultas preferem a estrutura *a gente faz*, em que a concordância foi estabelecida no nível morfossintático, mesmo que semanticamente o substantivo tenha uma denotação plural. Falantes de variedades populares podem selecionar a estrutura *a gente fazemos*, dispensando a concordância morfossintática, mas mantendo a concordância no nível semântico.

Outra conclusão é que substantivos no singular, bem como verbos no singular, são semanticamente subespecificados para o traço de número. Embora eles tenham forma singular, semanticamente eles não são nem plural nem singular, e por isso eles podem ser sintaticamente combinados com elementos que especifiquem qualquer um dos valores, ou até receber um desses valores de outro elemento, como o substantivo singular que recebe o valor plural do determinante plural. No nível morfossintático, o substantivo com forma singular especifica um valor singular apenas por *default*, quando um valor diferente não é atribuído por algum outro elemento com o qual estabelece concordância.

A concordância no PB, portanto, envolve casos de concordância morfossintática tanto obrigatória quanto opcional. A obrigatoriedade morfossintática é típica das variedades cultas, enquanto que a opcionalidade é típica das variedades populares. É claro que a escolha por um ou outro padrão, no uso da língua, pode ter motivações e até consequências extralinguísticas (como questões socioculturais), mas esses problemas estão fora do sistema linguístico e do escopo deste trabalho.

Com a formalização proposta, os principais padrões de concordância levantados, de ambas as variedades, são gramaticalmente válidos. E considerando a perspectiva do processamento de linguagem natural, as duas variedades passam a ser computacionalmente tratáveis, podendo ser submetidas a processamentos e análises automáticas. O fragmento de gramática computacional modelado englobando as duas variedades fornece um recurso básico, mas fundamental nas tarefas e aplicações de processamento de linguagem natural. As análises que a gramática fornece contribuem com informações linguísticas cruciais para outros tipos de processamento da língua, e nenhuma das variedades fica de fora desse tratamento.

Por fim, é importante mencionar que o recorte de análise do fenômeno foi relativamente restrito, limitando-se ao tratamento do traço de concordância de número, no domínio sintático do sintagma nominal não coordenado e sem modificadores, e das orações simples. Para maior refinamento da proposta, é necessário ampliar a análise para incluir estruturas mais complexas, como sintagmas nominais coordenados, com modificadores e outros determinantes, além de frases complexas. Também é preciso formalizar e implementar, com base na mesma proposta, outros traços de concordância, como gênero e pessoa, que irão impor as suas próprias restrições.

REFERÊNCIAS

- ACKEMA, P.; NEELEMAN, A. Subset controllers in agreement relations. *Morphology*, v. 23, n. 2, p. 291–323, 2013.
- ALENCAR, L. F. de. BrGram: Modelação computacional de padrões variáveis de concordância em português. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 21, n. 1, p. 43–110, 2013b.
- ALENCAR, L. F. de. BrGram: uma gramática computacional de um fragmento do português brasileiro no formalismo da LFG. In: *BRAZILIAN SYMPOSIUM IN INFORMATION AND HUMAN LANGUAGE TECHNOLOGY*, 9., 2013a, Fortaleza. Anais ... Fortaleza, Sociedade Brasileira de Computação, Fortaleza, 2013. p. 183-188.
- AMARAL, E. *et al.* *Novas Palavras: português*. 2. ed. São Paulo: FTD, 2003.
- ANDRADE, P. Ribeiro de. *Um fragmento da constituição sócio-histórica do português do Brasil: variação na concordância nominal de número em um dialeto afro-brasileiro*. 2003. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. Revista e ampliada: Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2001.
- BELYAEV, O.; DALRYMPLE, M.; LOWE, J. Number mismatches in coordination: an LFG analysis. In: BUTT, M.; KING, T. H. (ed.). *Proceedings of the LFG15 Conference*. Stanford, CA: CSLI Publications, 2015. p. 26-46.
- BRANDÃO, S. Concordância nominal em duas variedades do português: convergências e divergências. *Veredas-Revista de Estudos Linguísticos*, v. 15, n. 1, 2011.
- BRESNAN, J. *et al.* *Lexical-Functional Syntax*. 2nd. ed. Hoboken, NJ, USA: John Wiley & Sons, Inc., 2016.
- CORBETT, G. G. *Agreement*. Cambridge University Press, 2006.

CORBETT, G. G. Agreement: terms and boundaries. In: GRIFFIN, W. E. (ed.). *The Role of Agreement in Natural Language*: TLS 5 Proceedings. Texas Linguistics Forum, v. 53, 2003, p. 109-122.

COSTA, J.; SILVA, M. C. Nominal and verbal agreement in Portuguese: an argument for distributed morphology. In: COSTA, J.; FIGUEIREDOSILVA, M. C. (ed.). *Studies on agreement*. Amsterdam: John Benjamins, 2006. p. 25-46.

CROUCH, *et al.* XLE *Documentation*. Palo Alto Research Center (PARC). Disponível em: https://ling.sprachwiss.uni-konstanz.de/pages/xle/doc/xle_toc.html. Acesso em: 30 set. 2023.

CUNHA, C. F. *Gramática da Língua Portuguesa*. 11. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1986.

DALRYMPLE, M.; HRISTOV, B. Agreement patterns and coordination in Lexical Functional Grammar. In: BUT, M. KING, T. H. (ed.). *Proceedings of the LFG10 Conference*. Stanford, CA: CSLI Publications, 2010. p. 186–206.

DALRYMPLE, M.; MYCOCK, L. *The Oxford Reference Guide to Lexical Functional Grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

GARDELLE, L. *Semantic Plurality*: English collective nouns and other ways of denoting pluralities of entities. Amsterdam: John Benjamins, 2019. (Current Issues in Linguistic Theory, Vol. 349)

GUY, G. R. *Linguistic variation in Brazilian Portuguese*: aspects of phonology, syntax and language history. 1981. Tese (Doutorado em Linguística) - University of Pennsylvania, Pennsylvania, 1981.

HAUG, D. T. T.; NIKITINA, T. Feature sharing in agreement. *Natural Language & Linguistic Theory*, v. 34, n. 3, p. 865-910, 2016.

HOLM, J. A. The genesis of the Brazilian vernacular: insights from the indigenization of Portuguese in Angola. *PAPIA - Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico*, v. 19, n. 1, p. 93–122, 2009.

JOHSON, C. *Deconstructing and Reconstructing Semantic Agreement*: A Case Study of Multiple Antecedent Agreement in Indo-European. PhD dissertation, Graduate School of The Ohio State University, 2014.

KATHOL, A. Agreement and the syntax-morphology interface in HPSG. In: LEVINE, R. GEROGIA, G. (ed.). *Studies in Contemporary Phrase Structure Grammar*, Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 223–274.

KING, T. H.; DALRYMPLE, M. Determiner agreement and noun conjunction. *Journal of Linguistics*, v. 40, n. 1, p. 69–104, 2004.

LEITE, M. Q. Português culto e popular: entrelaçamentos. In: *I SIMELP-Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa*, 2008. (comunicação).

LOPES, C. R. S. *A Inserção de “a Gente” no Quadro Pronominal do Português*. Frankfurt am Main: Vervuert, 2003.

LUCCHESI, D. Parâmetros Sociolinguísticos do português brasileiro. *Revista Da ABRALIN*, v. 5, n. 1/2, 2017.

LUCCHESI, D. A variação na concordância verbal no português popular da cidade de Salvador. *Estudos Linguísticos e Literários*. n. 52, ago-dez, p. 166-204, 2015.

MAIA, J. P. *Variação na Concordância Verbal com nomes coletivos em Fortaleza-Ce*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011. 111p.

MARCOTULIO, L., J.; VIANNA, C.; LOPES. Agreement patterns with “a gente” in Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, n. 12 2013, pp. 125–149.

MASCARELLO, L. Variação na Concordância Verbal de Terceira Pessoa do Plural na Fala dos Florianopolitanos Nativos na Costa da Lagoa. *Work. pap. linguíst.*, n.esp.: p. 57-68, 2010.

MENDES, R. B.; OUSHIRO, L. Variable number agreement in brazilian portuguese: an overview. *Language and Linguistics Compass*, Malden, v. 9, n. 9, p. 358-368, 2015.

MOREIRA; VIANNA. A concordância nominal no português brasileiro falado em Nova Iguaçu. *Caligrama*, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 99-120, 2018.

MOURÃO, Jessé. *PB-LFG-grammar*: fragmento de gramática LFG-XLE do português brasileiro. 16 abr. 2020. Disponível em: <https://github.com/jessemourao/PB-LFG-grammar>. Acesso em: 05 jan. 2023.

SADLER, L. Coordination and Asymmetric Agreement in Welsh. In: BUTT, M.; KING, T. H. (ed.). *Nominals: Inside and Out*. Stanford, CA: CSLI Publications, 2003. p. 85-118.

SADLER, L.; KUHN, J. Single conjunct agreement and the formal treatment of coordination in LFG. In: BUTT, M.; KING, T. H. (ed.). *Proceedings of the LFG07 Conference*. Stanford, CA: CSLI Publications, 2007. p. 302-322.

SANTOS, A. F. dos. *Uma Gramática LFG-XLE para a Análise Sintática Profunda do Português* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ce, Brazil, 2014.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. In: RUFFINO, GIOVANNI (org.) *Dialettologia, geolinguística, sociolinguística*. (Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza) Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, Università di Palermo. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, v. 5, 1998. p. 509- 523.

SCHERRE, M. M. P. Aspectos da concordância de número no português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa (RILP) - Norma e Variação do Português*. Associação das Universidades de Língua Portuguesa. v. 12, p. 37-49. dez. 1994.

SCHERRE, M. M. P. *Reanálise da concordância nominal em português*. 1988. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

SHIEBER, S. M. *An introduction to unification-based approaches to grammar*. Brookline, Massachusetts: Microtome Publishing, 2003. Reissue of Shieber, Stuart M. 1986. *An introduction to unification-based approaches to grammar*. Stanford, California: CSLI Publications.

SCHWARZSCHILD, R. *Pluralities*. Dordrecht: Springer Science & Business Media, 1996. (Studies in Linguistics and Philosophy, vl. 61)

STEELE, S. Word order variation: a typological study. In: GREENBERG, J. H.; FERGUSON, A.; MORAVCSIK, E. (ed.). *Universals of Human Language IV: Syntax*. Stanford: Stanford University Press, 1978. p. 585-623.

TERRA, E. *Curso Prático de Gramática*. São Paulo: Scipione, 2002.

WESCOAT, M. T. *Practical Instructions for Working with the Formalism of Lexical Functional Grammar*, 1989. Manuscript, Xerox PARC. Disponível em: <http://www.essex.ac.uk/linguistics/external/lfg/FAQ/Introductions.html>. Acesso em: 15 nov. 2021.

WECHSLER, S.; ZLATIC, L. A Theory of Agreement and Its Application to Serbo-Croatian. *Language*, v. 76, n. 4, p. 799–832, 2000.

WECHSLER, S.; ZLATIC, L. *The many faces of agreement*. Stanford, Calif: Center for the Study of Language and Information, 2003.

ZILLES, A. The development of a new pronoun: The linguistic and social embedding of a gente in Brazilian Portuguese. *Language Variation and Change*, v. 17, n. 1, p. 19-53, 2005.



Recebido em 31/08/2021. Aceito em 21/07/2022.